



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

COVID-19 no Ensino Superior e Investigação Científica

Balço preliminar e propostas para o próximo ano letivo

Balço Preliminar

Os últimos meses foram profundamente marcados pela pandemia de Covid-19. É certo que não se trata de uma situação absolutamente inesperada, existindo desde há muito vários epidemiologistas e especialistas em saúde pública que procuravam chamar a atenção da sociedade, em particular dos decisores políticos, para a possibilidade de um fenómeno desta natureza poder emergir. Contudo, a conjugação de uma economia frágil, agrilhoadada a compromissos que absorvem uma fatia desproporcionada dos recursos públicos, a que se junta um desinvestimento continuado nas funções sociais do Estado, que lhe retira instrumentos fundamentais para uma intervenção adequada e compromete a sua capacidade de resposta, levou a que a resposta à crise tenha sido particularmente desafiante. Evidentemente, não se trata de qualquer fatalismo ou inevitabilidade, mas sim de uma consequência direta das escolhas políticas que, ao longo do tempo, foram sendo tomadas.

Ao nível do Ensino Superior e da Investigação Científica, a FENPROF e os seus sindicatos foram acompanhando o evoluir da situação, intervindo de forma responsável e procurando sempre criar as condições para a abertura de espaços de diálogo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), as Instituições de Ensino Superior (IES) e outras entidades com responsabilidades no setor, para além de diversos grupos parlamentares.

À data em que surge a pandemia, a FENPROF aguardava já respostas da tutela relativamente a uma proposta de trabalho conjunto em torno de aspetos centrais para a melhoria do sistema – proposta de constituição de grupos de trabalho para discussão e avaliação de matérias respeitantes a quatro áreas fundamentais: i) Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES); ii) Carreiras docentes, incluindo avaliação do desempenho; iii) As Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL) e o seu enquadramento legal; iv) Modelo de funcionamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) – bem como da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), na sequência de um pedido de reunião para apresentação de um dossier por parte da FENPROF denunciando a situação inaceitável de desregulação do trabalho que se vive em muitas IPSFL.

Colocando a tónica no modo como os diferentes atores do setor reagiram à pandemia, a FENPROF considera que este é um momento oportuno para fazer um balanço preliminar da situação no Ensino Superior e na Investigação Científica. Ao mesmo tempo, e com base num processo, participado e transparente, de envolvimento de muitos docentes e investigadores, que têm sentido na pele as inúmeras perturbações decorrentes da pandemia, são avançadas

algumas propostas, tendo como horizonte o próximo ano letivo. Esta reflexão fundamentada, de natureza eminentemente político-sindical, não esquece também que esta situação nova acentua a atomização, isolamento e individualização do trabalho, fragilizando ainda mais a sua já desfavorável posição relativa no quadro do plano inclinado gerado no seio do capitalismo neoliberal vigente.

Em termos gerais, a Covid-19 teve impactos a dois níveis distintos que devem, ainda assim, ser vistos de forma interligada. Por um lado, a pandemia contribuiu para tornar mais evidentes vários problemas já existentes, destacando-se, evidentemente, o sub-financiamento crónico do Ensino Superior e da Ciência e a precariedade laboral, para os quais a FENPROF tem vindo a chamar a atenção desde há muito tempo a esta parte, procurando sempre apresentar propostas fundamentadas com vista à sua resolução, como demonstra a ação desenvolvida no âmbito do Emprego Científico e do PREVPAP. Por outro lado, promoveu uma intensificação e/ou aceleração de más práticas e tendências já existentes, destacando-se aqui tudo aquilo que envolve o trabalho à distância, que, pelo modo apressado, precipitado e manifestamente inadequado como tem vindo a ser implementado em muitas Instituições de Ensino Superior e Investigação Científica tem, sobretudo e a um nível fundamental, contribuído para colocar docentes e investigadores em situações de sobre-trabalho e de inexistência de separação funcional clara entre os espaços-tempos do trabalho e os da vida privada, gerando uma situação altamente confusa, cujas consequências para a saúde física e mental são inegáveis.

Encontra-se ameaçada a própria ideia de Ensino Superior, porquanto este implica, requer e exige a presença, ao longo do tempo, num mesmo ambiente, de docentes e estudantes. O diálogo humano face a face, as dinâmicas de relação interpessoal e convivialidade que se constroem nos ambientes académicos, não podem ser reduzidas à frágil comunicação desmaterializada que tem tido lugar em sistemas digitais de natureza eminentemente comercial. Ao mesmo tempo que se reforçam lógicas de controlo e vigilância mais apertadas, pondo em causa direitos de autor, de imagem e a reserva da vida privada, incapazes de contrariar práticas fraudulentas e lesivas da integridade académica, o esvaziamento de salas de aula, gabinetes, laboratórios e outros espaços da academia, cria uma paisagem humana desoladora que se situa nos antípodas daquilo que deve ser o vibrante quotidiano das IES.

O “ensino de emergência” não pode, pois, instituir-se enquanto norma e, assim, naturalizar-se e eternizar-se. Para a FENPROF, a situação de emergência que a academia vivenciou, contrariamente àquilo que muitos pretendem fazer crer, não traduz quaisquer melhorias significativas nos processos de ensino-aprendizagem. É uma solução de recurso para uma situação profundamente disruptiva e perturbadora, que todos esperamos ser temporária, e é assim que deve continuar a ser entendida. Assim, embora sem diabolizar os ganhos que possam decorrer da maior imbricação digital das IES e dos seus processos de trabalho, a FENPROF rejeita quaisquer soluções, como por exemplo aquelas que têm sido apresentadas no âmbito da iniciativa *Skills 4 pós-Covid*, promovida pelo MCTES e patrocinada pela OCDE, que olham para a tecnologia e para os suportes digitais como se estes fossem intrinsecamente neutros e operassem enquanto panaceia para todos os males.

Ao nível da investigação científica, a pandemia foi igualmente disruptiva. Ao gravíssimo problema de precariedade laboral que caracteriza a Ciência portuguesa, cuja resolução teima em ser adiada pelos responsáveis políticos, acrescentam-se agora perturbações associadas à pandemia com consequências muito nefastas para o trabalho desenvolvido pelos investigadores. Destaca-se, a este nível, a manifesta inoperância do MCTES e incapacidade da FCT, que atingiu nesta fase níveis particularmente preocupantes, para lidar de forma

adequada com os problemas enfrentados pela comunidade científica, de uma forma que não insulte nem ofenda a dignidade dos investigadores e o valor do trabalho que desenvolvem.

A resposta dos diferentes atores que integram o Ensino Superior e a Ciência foi também diferenciada. No que toca ao MCTES, depois de um prolongado silêncio, surgiu uma resposta que não foi devidamente consertada com as IES, gerando grande confusão, incerteza e insegurança nos docentes, investigadores, funcionários não docentes e estudantes. Entretanto, as IES, muitas delas fazendo tábua rasa da sua própria democracia interna, profundamente comprometida desde a entrada em vigor do RJIES, foram emitindo normas orientadoras que, em muitos casos, pela precipitação e falta de envolvimento da academia, acabaram por se revelar contraproducentes. Esta falta de coordenação e visão de conjunto que só o MCTES poderia construir mas, escudando-se na autonomia das IES, escolhe não fazer, é difícil de aceitar. Parece, aliás, ter-se reforçado com as recentes declarações do Ministro, em que este fez saber que no próximo ano letivo todo o ensino será presencial quando, a maior parte das instituições já definiu planos de regresso que, maioritariamente, assentam num ensino misto.

Docentes, investigadores e estudantes, esses sim, demonstraram estar à altura de tão desafiantes circunstâncias e, muitas vezes com enorme sacrifício pessoal, para fazer face a uma situação de exceção, modificaram os seus métodos de trabalho e reorganizaram as suas vidas pessoais e familiares.

A este respeito, aliás, importa sublinhar o modo desigual como esta tensão se faz sentir em função do género. As mulheres estão a ser mais afetadas por esta crise, observando-se já, por exemplo, a nível global, uma diminuição das publicações científicas com uma mulher como primeira autora. Numa sociedade ainda caracterizada pela desigualdade de género, como é a portuguesa, os desafios associados à compatibilização da vida laboral com a vida familiar, trazidos e exacerbados pela pandemia, são muito mais penalizadores para as mulheres do que para os homens. Adicionalmente, as mulheres estão sobre-representadas no universo dos trabalhadores precários, e, como tal, mais sujeitas às consequências negativas da pandemia que afetam estes trabalhadores, entre elas, o desemprego e a desregulação laboral.

Ao mesmo tempo, no que toca aos estudantes, também se assistiu a um aprofundamento das desigualdades sociais, pois nem todos dispõem dos mesmos recursos económicos, culturais e tecnológicos para enfrentar os desafios inerentes à pandemia. Na atual situação, a FENPROF considera inaceitável que não tenham existido quaisquer medidas tomadas pela tutela para aliviar os encargos dos estudantes e das suas famílias, nomeadamente aqueles associados ao pagamento de propinas. Como é sabido, as famílias portuguesas já se encontram entre aquelas que, ao nível europeu, são mais penalizadas com estas despesas.

O Ensino Superior e a Investigação Científica, pela sua própria natureza, devem desempenhar um papel central no modo como a sociedade portuguesa reage, se adapta e enfrenta a pandemia. Por esse motivo, a FENPROF considera que é fundamental preparar adequadamente o próximo ano letivo, envolvendo docentes, investigadores, funcionários não docentes e estudantes, para que, na eventualidade de nos vermos confrontados com uma segunda vaga de Covid-19, possibilidade não descartada pelas autoridades de saúde pública, o conjunto do sistema possa dar uma resposta mais coordenada e articulada, mais democrática e que respeite os direitos laborais e o bem-estar daqueles que, com o seu trabalho diário, contribuem para o desenvolvimento do Ensino Superior e da Ciência.

Propostas para o próximo ano letivo

Considerando a possibilidade de, no próximo letivo, o Ensino Superior e a Ciência terem de enfrentar uma nova vaga da pandemia, a FENPROF considera que devem ser tomadas medidas preventivas que permitam, caso essa circunstância se venha a concretizar, agir com celeridade, confiança e assertividade, mas sem precipitações institucionais nem retrocesso ou atropelo de direitos fundamentais. Por outro lado, constata-se que a melhor forma de ultrapassar alguns dos desafios trazidos pela pandemia passa, necessariamente, por trazer para cima da mesa reivindicações que, não sendo novas, e dado que os problemas não só não foram resolvidos como até, nalguns casos, se agudizaram, ganham uma atualidade renovada. Para a FENPROF, a melhor forma de nos prepararmos para enfrentar o futuro, de forma adequada e responsável, é procurar combinar soluções estruturais com outras de natureza mais contingente ou circunstancial. Assim, à luz do balanço feito anteriormente, as propostas da FENPROF para o próximo ano letivo são as seguintes:

- Garantir, por parte do MCTES, e enquanto se mantiver a sua necessidade, as condições de proteção sanitária definidas pelos especialistas de saúde pública no contexto da pandemia, bem como o seu financiamento adequado, assumindo particular importância a este respeito a necessidade de adaptação ao atual contexto das instalações das IES e o seu modo de funcionamento.
- Preservar os mecanismos, as práticas e a lógica prevalecente no desenho da distribuição do serviço docente anteriores à pandemia, respeitando os estatutos de carreira, designadamente no que toca ao respeito escrupuloso pela carga letiva, tendo em conta que a pandemia poderá obrigar a que, no próximo ano letivo, continue a ter de se recorrer à atividade não presencial, numa lógica complementar e supletiva.
- Implementar um plano, financiado pelo Orçamento do Estado, de abertura de concursos para a base das carreiras, de acordo com as necessidades estruturais das IES, destacando-se aqui o sobre-trabalho que já hoje afeta muitos docentes, e reforçando também a potencial capacidade de resposta das instituições às exigências de distanciamento físico e desdobramento de turmas que o ensino presencial num quadro de pandemia poderá implicar. Salienta-se aqui a necessidade de considerar, na componente letiva do trabalho docente, não apenas o tempo de contacto com os alunos, mas também o tempo consumido na respetiva preparação e seguimento, tornando mais realista o tempo considerado disponível para a investigação e o serviço à comunidade.
- Rever os regulamentos de avaliação de desempenho docente com base em critérios mínimos universais para todas as IES, de modo a minimizar os efeitos negativos causados pela pandemia Covid-19, ao mesmo tempo que se impedem situações de discriminação negativa dos docentes do Ensino Superior face a outras carreiras da Administração Pública.
- Iniciar de imediato um processo de avaliação do RJIES, com vista à sua revisão, ouvindo os diversos membros da comunidade académica, no sentido de, entre outras alterações, se conseguir a implementação de uma gestão mais democrática, transparente e colegial das IES, aspeto ainda mais posto em causa no quadro da atual pandemia

- Promover o desenvolvimento profissional dos docentes mediante o intercâmbio com os pares da sua e de outras instituições (que as *professional networks* proporcionam e facilitam) e mediante projetos e ações de formação continuada estrategicamente pensados para responder a problemas sentidos pelos professores, na sua ação concreta, tendo em conta a diversidade dos estudantes e a natureza específica dos diferentes campos do saber académico.
- Prorrogar todas as bolsas (diretamente financiadas pela FCT e restantes) e todos os contratos a termo de investigação, por um período equivalente à duração das condições que obstaculizam o normal desenvolvimento do trabalho de pesquisa e, simultaneamente, adiar os prazos previstos para avaliações intercalares ou de renovação, por igual período de tempo.
- Rever o modelo de funcionamento da FCT, cujas debilidades ficaram ainda mais à vista durante a pandemia, tornando-o mais previsível e transparente, nomeadamente através da divulgação e cumprimento de um calendário de concursos a abrir ao longo de um período de cinco anos, transparente e autónomo.
- Revogar o Estatuto do Bolseiro de Investigação e integração na carreira dos investigadores contratados e dos bolseiros que exercem funções de forma continuada no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, contribuindo assim para a valorização da carreira de investigação científica.
- Reforçar as medidas estruturais de apoio aos estudantes do Ensino Superior, sobretudo aqueles que ingressam pela primeira vez, considerando o modo como a pandemia veio acentuar as desigualdades sociais e económicas que já constituíam um entrave ao acesso e frequência dos estudantes no Ensino Superior. Neste sentido, é particularmente importante dar continuidade ao processo de redução do custo das propinas até à gratuitidade da frequência de todos os níveis de Ensino, como dispõe a Constituição da República, e criar planos de acolhimento adaptados às necessidades daqueles que tomam contacto com o Ensino Superior pela primeira vez.

A FENPROF considera que, contrariamente àquilo que tem sido a tendência predominante, este é o momento de afirmar o valor social do trabalho desenvolvido por todos aqueles que integram o Ensino Superior e a Ciência em Portugal. O desinvestimento que, ao longo de vários anos, tem caracterizado este setor não pode continuar, sob risco de se atingirem situações absolutamente insustentáveis do ponto de vista social e humano, se é que já não se chegou a este ponto. Para a FENPROF, importa também sublinhar, no que toca à pandemia, que, mesmo considerando a necessidade de levar a cabo um processo de planificação rigoroso e democrático que considere diferentes cenários possíveis, não podemos normalizar uma situação que é, efetivamente, de exceção.

O Secretariado Nacional